

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFRR
2º Trimestre/2025**

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adnelson Jadi Batista

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

Rodrigo Luiz Neves Barros

CAMPUS BOA VISTA

Luciana Leandro Silva

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

CAMPUS NOVO PARAÍSO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES

REITORIA

Geórgia Marcelly Gomes Matias

Luciana Costa Saraiva

Welisson Guimarães Mangabeira

CAMPUS AMAJARI

Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA

Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAÍSO

Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados.....	39
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados.....	40
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora.....	41
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa.....	41
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas Correntes.....	42
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas de Capital.....	42
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações.....	26
Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos.....	38
Quadro 3: Recebimentos e Pagamentos – Orçamentários e Extraorçamentários – R\$.....	46
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.....	20
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo.....	20
Tabela 3: Estoques - Composição.....	21
Tabela 4: Imobilizado – Composição.....	22
Tabela 5: Bens Móveis - Composição.....	22
Tabela 6: Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.....	23
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição.....	24
Tabela 8: Intangível – Composição.....	25
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição.....	25
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante.....	26
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar.....	26
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão.....	27
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.....	27
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução.....	28
Tabela 15: Desempenho da Realização da Receita.....	34
Tabela 16: Receitas arrecadadas – por origem.....	35
Tabela 17: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita.....	35
Tabela 18: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa.....	36
Tabela 19: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$).....	36
Tabela 20: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$).....	37
Tabela 21: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG.....	39
Tabela 22: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa.....	43
Tabela 23: Total de Ingressos (R\$).....	45
Tabela 24: Total de Dispêndios (R\$).....	45
Tabela 25: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades.....	50
Tabela 26: Resumo da DMPL.....	52

Sumário

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA.....	7
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	7
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	9
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	9
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	10
3.5 RESTOS A PAGAR.....	10
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	11
4.1. MOEDA FUNCIONAL	11
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO.....	11
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	11
4.5. ESTOQUES.....	11
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12
4.7 INVESTIMENTOS	12
4.8 IMOBILIZADO.....	12
4.9 INTANGÍVEL	13
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS.....	13
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS	14
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET.....	14
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	14
4.14 PROVISÕES	15
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	15
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	15

4.16.1 Resultado Patrimonial.....	15
4.16.2 Resultado Orçamentário.....	16
4.16.3 Resultado Financeiro.....	16
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	17
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	17
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial.....	20
5.1.1.1 Ativo Circulante	20
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
Nota 03 – Estoques	21
5.1.1.2 Ativo Não Circulante.....	21
Nota 04 – Imobilizado	21
Nota 05 – Intangível	24
5.1.1.3 Passivo Circulante	25
Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo.....	25
5.1.1.4 Passivo Não Circulante.....	28
Nota 08 – Precatórios a Curto prazo.....	28
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	29
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais.....	30
5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período	30
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	32
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário	33
5.3.1.1 Receitas Orçamentárias	34
5.3.1.2 Despesas Orçamentárias	35
5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar	39
5.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	44
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro	44
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	48
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	49
5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO JUNHO/2025	51
5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	52

APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 2º trimestre de 2025 (junho/2025) fazendo uma comparação com os resultados do trimestre anterior (dezembro/2024) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (junho/2024).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracará;
- Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de

Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, consequentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. “O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). “A despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a

possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

4.12 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção

de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhares

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	20.725.950,24	17.255.570,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.623.552,17	12.128.741,32
Créditos a Curto Prazo	1.623.630,27	1.563.587,29
Demais Créditos e Valores	1.623.630,27	1.563.587,29
Demais Créditos e Valores	1.623.630,27	1.563.587,29
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.478.767,80	3.563.241,96
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	163.644.594,15	165.267.110,02
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19
Créditos a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores	6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores	6.607,19	6.607,19
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	163.498.268,56	165.120.784,43
Bens Móveis	56.265.352,99	57.819.509,50
Bens Móveis	81.999.599,54	81.948.605,83
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.733.761,80	-24.128.611,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75
Bens Imóveis	107.232.915,57	107.301.274,93
Bens Imóveis	107.948.438,17	107.948.438,17
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-715.522,60	-647.163,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	139.718,40	139.718,40
Softwares	139.718,40	139.718,40

Softwares	139.718,40	139.718,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Patrimônio Cultural	-	-
Patrimônio Cultural	-	-
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	184.370.544,39	182.522.680,59

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE	70.513.397,96	57.366.540,21
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	18.426.610,04	8.232.497,34
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.899.498,09	1.370.931,04
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	50.187.289,83	47.763.111,83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	70.513.397,96	57.366.540,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Patrimônio Social e Capital Social	-	-

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	32.544,80	32.544,80
Resultados Acumulados	113.824.601,63	125.123.595,58
Resultado do Exercício	-11.115.455,91	-139.248,75
Resultados de Exercícios Anteriores	125.123.595,58	125.267.493,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	-183.538,04	-4.649,46
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.857.146,43	125.156.140,38
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	184.370.544,39	182.522.680,59

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	15.623.552,17	12.128.741,32	PASSIVO FINANCEIRO	59.780.980,97	26.340.211,97
ATIVO PERMANENTE	168.746.992,22	170.393.939,27	PASSIVO PERMANENTE	47.943.164,42	42.644.609,89
			SALDO PATRIMONIAL	76.646.392,00	113.537.858,73

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2025	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	24.273.224,25	15.064.653,30	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	44.534.016,10	40.224.954,52
Atos Potenciais Ativos	24.273.224,25	15.064.653,30	Atos Potenciais Passivos	44.534.016,10	40.224.954,52
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	24.273.224,25	15.064.653,30	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	867.229,08	867.229,08
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	43.666.787,02	39.357.722,44
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	24.273.224,25	15.064.653,30	TOTAL	44.534.016,10	40.244.951,52

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-35.856.934,24
Recursos Vinculados	-8.300.501,56
Educação	-768.822,30
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-305.402,20
Previdência Social (RPPS)	-7.258.520,09
Dívida Pública	-61.917,43
Fundos, Órgãos e Programas	94.160,46
TOTAL	-44.157.435,80

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de convertibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 30/06/2025, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 15.623.552,17 distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	30/06/2025	31/12/2024	AV(%)	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	1.560.715,20	1.763.921,97	9,99	-11,52
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	14.062.836,97	11.706.552,43	90,01	20,13
Total (Caixa e equivalentes de caixa)	15.623.552,17	13.470.474,40	100	15,98

Fonte: SIAFI, Balancete 2025 e 2024.

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 14.062.836,97 correspondendo a 90,01% do total de caixa e equivalente de caixa. Apresentou um aumento de 20,13% em relação ao período 31/12/2024. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 30/06/2025, e correspondem em sua maioria à folha de pessoal do IFRR, e que são processados apenas no 1º dia útil do mês subsequente. A somatória das duas contas corresponde à conta Caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial e apresentou uma redução de -7,95% em 30/06/2025.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 30/06/2025 um montante de R\$ 1.623.630,27. A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	30/06/2024	31/12/2023	AH(%)	AV (%)
Salários e ordenados	630.831,68	573.547,74	9,99	38,85
Adiantamento concedido - suprimint	1.091,00			
Adiantamentos de transferencia leg	1.827,38			
Adiantamentos a prestadores de serviços	37.014,95	37.014,95	0,00	2,28
Adiantamentos a fornecedores	8.094,99	8.094,99	0,00	0,50
Valores a Receber por Devolução de Despesa	3.803,96	3.963,30	-4,02	0,23
Crédito de energia a compensar	728,39	728,39	0,00	0,04
Adiantamentos termo de execução descentralizada	940.237,92	940.237,92	0,00	57,91
TOTAL	R\$ 1.623.630,27	R\$ 1.563.587,29	3,84	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2025 e 2024.

No 2º trimestre de 2025 houve variação da conta Salários e ordenados em comparação a dezembro de 2024, conforme demonstra a Tabela 2. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” apresenta um registro de R\$ 940.237,92, e representa 57,91% da conta Demais

Créditos, é referente a adiantamento de recursos de créditos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR. Deve ser analisada quanto à execução.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. Em 30/06/2025, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.675.401,72 que estão registrados pelo custo médio ponderado e é composta pelas contas: Almoxarifado e Outros Estoques. Na Tabela 3 é apresentada a composição dos estoques no 1º trimestre de 2024:

Tabela 3: Estoques - Composição

	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)	AV(%)
Materiais de consumo	R\$ 2.766.316,11	R\$ 2.852.633,10	-3,03%	79,52%
Almoxarifado em armazenamento de terceiro	R\$ 2.310,00	R\$ 6.011,96	-61,58%	0,07%
Outros estoques – consolidação	R\$ 710.141,69	R\$ 704.596,90	0,79%	20,41%
Total	R\$ 3.478.767,80	3.563.241,96	-2,37%	100,00%

Fonte: SIAFI, Balancete 2025 e 2024.

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo (Almoxarifado), que corresponde a 79,52% do grupo no 2º trimestre de 2025. Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou uma redução de -3,03% em relação a 31/12/2024, apresentando uma variação negativa uma vez que o IFRR conta com contrato de almoxarifado virtual, que atende as necessidades do IFRR, no que tange ao consumo de insumos no 2º trimestre. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação. O saldo da conta Outros Estoques apresentou um crescimento de 0,79% em relação a dezembro/2024.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente

como variações patrimoniais diminutivas do período. Na Tabela 4, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 2º trimestre de 2025 em comparação a 31/12/2024.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	56.265.352,99	57.819.509,50	-2,69	34,41
(+) Valor Bruto Contábil	81.999.599,54	81.948.605,83	0,06	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.733.761,80	-24.128.611,58	6,65	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75	0,00	
Bens Imóveis	107.232.915,57	107.301.274,93	-0,06	65,59
(+) Valor Bruto Contábil	107.948.438,17	107.948.438,17	0,00	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-715.522,60	-647.163,24	10,56	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	-	
Total	163.498.268,56	165.120.784,43	-0,98	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

Em 30/06/2025, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 163.498.268,56 relacionados ao imobilizado, o que representa uma redução de -0,98% quando comparado ao período de 31/12/2024. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada de bens móveis, percebe-se uma variação positiva de 6,65% em função da depreciação das aquisições de bens. Quanto à depreciação de bens imóveis houve um aumento de 10,56%. O imobilizado corresponde a 88,68 % do total do Ativo.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 30/06/2025 totalizaram R\$ 81.999.599,54 correspondente ao valor bruto contábil e após sua depreciação totalizaram R\$ 56.265.352,99 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	30/06/2025 – R\$	31/12/2024 – R\$	AH (%)	AV (%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	29.667.446,77	29.674.038,79	-0,02	36,18
Bens de informática	17.943.646,38	17.944.187,13	0,00	21,88
Móveis e utensílios	15.927.033,16	15.934.483,27	-0,05	19,42
Material cultural, educacional e de comunicação	4.974.696,06	4.940.850,07	0,69	6,07
Veículos	12.084.671,51	12.084.671,51	0,00	14,74
Bens em almoxarifado	167.120,00	145.120,00	15,16	0,20
Demais bens móveis	1.234.985,66	1.225.255,06	0,79	1,51
(=) Valor Bruto Contábil	81.999.599,54	81.948.605,83	0,06	100,00
(-) Depreciação e amortização acumulada	-25.733.761,80	-24.128.611,58	6,65	
(-) Redução ao valor recuperável	-484,75	-484,75	0	
Total	56.265.352,99	57.819.509,50	-2,69	

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 36,18% referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total bruto dos Bens Móveis e apresentou uma variação negativa de -0,02% referente a aquisições

de bens desse grupo no período. A variação dos bens móveis em 30/06/25 após sua depreciação foi de -2,69% em relação ao período 31/12/24.

O grupo “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” é composto pelas contas a seguir, apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6: Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.798.204,13	R\$ 2.799.284,15	-0,04	9,43
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 795.242,68	R\$ 795.242,68	0,00	2,68
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 3.121.930,36	R\$ 3.127.442,36	-0,18	10,52
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.053.551,19	R\$ 1.053.551,19	0,00	3,55
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 788.022,04	R\$ 788.022,04	0,00	2,66
Maquinas e equipamentos industriais	R\$ 265.179,79	R\$ 265.179,79	0,00	0,89
Maquinas e equipamentos energéticos	R\$ 10.825.433,39	R\$ 10.825.433,39	0,00	36,49
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 141.128,04	R\$ 141.128,04	0,00	0,48
Maquinas ferramentas e utensílios	R\$ 394.043,75	R\$ 394.043,75	0,00	1,33
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$ 302.899,96	0,00	1,02
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$ 290,00	0,00	0,00
Maquinas e utensílios agropecuário	R\$ 1.629.988,74	R\$ 1.629.988,74	0,00	5,49
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.268.945,97	R\$ 1.268.945,97	0,00	4,28
Maquinas e equipamentos – construção	R\$ 295.836,00	R\$ 295.836,00	0,00	1,00
Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	R\$ 1.986,70	R\$ 1.986,70		0,01
Máquinas, utensílios e equipamentos	R\$ 5.961.034,03	R\$ 5.961.034,03	0,00	20,09
Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 23.730,00	R\$ 23.730,00	0,00	0,08
Total	R\$ 29.667.446,77	R\$ 29.674.038,79	-0,02	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2025 e 2024.

No 2º trimestre apresentou uma redução da conta Equipamentos/utensílios médicos/odontológico em -0,18%.

No total a conta Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas teve uma variação negativa de -0,02% em relação ao período 31/12/2024.

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União, no que se refere à reavaliação de bens.

Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).

Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Outra situação que ocorre, é que as transferências entre as unidades precisam ser regularizadas.

Mesmo diante das dificuldades, a conciliação dos bens móveis da Reitoria entre os sistemas SUAP e SIAFI vem sendo realizada gradativamente, escolhendo um subelemento por mês para realizar a conciliação.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 30/06/2025 totalizaram R\$ 91.886.611,52 correspondente ao valor bruto contábil e após deduzido de sua correspondente depreciação totalizavam R\$ 91.466.327,41, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7: Bens Imóveis - Composição

	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial registrado	R\$ 49.644.454,02	R\$ 49.644.454,02	0	45,99
Bens imóveis em andamento	56.506.154,00	56.506.154,00	0,00	52,35
Instalações	1.774.050,15	1.774.050,15	0	1,64
Benfeitorias em propriedade de terceiros	23.780,00	R\$ 23.780,00	0	0,02
Valor Bruto Contábil	107.948.438,17	107.948.438,17	0,00	100,00
Depreciação acumulada - bens imóveis	-715.522,60	-380.009,17	88,29	
Total	R\$ 107.232.915,57	R\$ 107.568.429,00	-0,31	

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

De acordo com a Tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 52,35% do valor bruto contábil de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, e não houve variação em relação à 31/12/2024. A Conta Bens de uso especial registrado representa 45,99% do grupo. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU. Ressalta-se ainda que se deva realizar uma avaliação dos bens imóveis em andamento da Instituição para que se possam transferir os saldos desta conta para conta específica, o que neste caso, envolve vários setores e ações a serem realizadas.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que

tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2025 e 2024.

Tabela 8: Intangível – Composição

	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 139.718,40	R\$ 139.718,40	
Total	R\$ 139.718,40	R\$ 139.718,40	

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023;

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Em 30/06/2025, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 139.718,40 relacionados à intangível e não apresentou variação em relação ao período dezembro/2024. Esta conta é composta por: aquisição de 15 licenças para ramal referente à solução de telefonia voip para atender a Reitoria do IFRR e softwares específicos para a Diretoria de Tecnologia.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados em caráter de Longo Prazo. Em 30/06/2025, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.899.498,09 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)
Circulante			
Nacionais	1.899.498,09	1.370.931,04	38,56
Não Circulante			
Nacionais			
Total	1.899.498,09	1.370.931,04	38,56

Fonte: Balanço Patrimonial (Junho/2024)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um crescimento de 38,56% em relação ao período 31/12/24. Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se os órgãos (ou as Unidades Gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2025.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	30/06/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	97.110,97	6.400,01	5,11	1.417,36
158350 – Campus Boa Vista	206.500,06	143.258,27	10,87	44,15
158351 – Campus Novo Paraíso	272.653,23	0,00	14,35	0,00
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	144.880,97	91.295,11	7,63	58,70
158510 – Campus Amajari	1.178.352,86	1.129.977,65	62,03	4,28
Total do Órgão	1.899.498,09	1.370.931,04	100	38,56

Fonte: SIAFI/Balancete (Junho/2025 e Dezembro/2024).

Considerando a variação entre o período de Junho/2025 e Dezembro/2024, houve crescimento de fornecedores em relação ao período anterior, em todas as unidades do Instituto. A Reitoria foi a que apresentou maior vulto de fornecedores a pagar que correspondeu a 1.417,36% do total do órgão, seguido pelo Campus Boa Vista Zona Oeste, variando em 58,70% positivamente em junho/2025 em relação a dezembro/2024. Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais expressivos a pagar do órgão e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2025.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar

CNPJ	FORNECEDOR	30/06/2025	AV (%)
0462330000188	FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSAO E INTE	1.032.352,55	61,17
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	260.117,80	15,41
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	82.471,00	4,89
20991994000162	QUALIGOURMET SERVICO DE ALIMENTACAO LTDA	74.867,19	4,44
12101221000135	SHOW EMPREENDIMENTOS LTDA	44.614,09	2,64
29200238000142	U RELVAS DOLIVEIRA LTDA	44.555,52	2,64
07895712000165	COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS CINCO POLOS - COOPERCINCO	39.773,62	2,36
30808276000161	PROTOWER SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA	38.392,68	2,27
31895773000107	INTEGRAR EMPREENDIMENTOS LTDA	36.247,55	2,15
41224293000178	KLONNE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	34.200,00	2,03
		1.687.592,00	100

Fonte: Tesouro Gerencial (Junho/2025)

A Tabela 11 demonstra os 10 fornecedores mais expressivos da Instituição, e o percentual de cada fornecedor se referem ao total de contas a pagar em 30/06/2025 dos 10 mais expressivos no valor de R\$ 1.687.592,00. O fornecedor mais significativo do 2º trimestre em relação aos dez mais expressivos é a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, extensão integrado, que corresponde a 61,17%. A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
0462330000188	Aquisição de serviços e matérias para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão terra indígena Yanomami do campus Amajari	1.032.352,55	Vários
05340639000130	Serviço de gerenciamento de frotas Reitoria, CAB, CBZO	260.117,80	Várias
34805903000161	Serviço de transporte de alunos do CNP	82.471,00	11/06/25
20991994000162	Serviço de fornecimento de alimentação para os alunos do CBVZO e CNP	74.867,19	Várias
12101221000135	Serviço de limpeza e Manutenção da casa de máquina da piscina do CBV	44.614,09	23/06/25
29200238000142	Serviço de limpeza e conservação CAM	44.555,52	30/06/25
07895712000165	Aquisição de produtos da agricultura familiar para o CAM e CBZO	39.773,62	Várias
30808276000161	Serviço de Vigilância armada para a Reitoria	38.392,68	Várias
31895773000107	Serviço de limpeza e conservação CBZO	36.247,55	17/06/2025
41224293000178	Serviço de arbitragem para corrida de comemoração do 32º aniversário do IFRR	34.200,00	11/06/25

Fonte: SIAFI (Junho/2024).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar pendente até 30/06/2025 se refere à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, extensão integrado, responsável pelo fornecimento de materiais e serviços para o Campus Amajari, responsável para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão terra indígena Yanomami.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 31/06/2025, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 43.666.787,02 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos. A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	30/06/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	2.750.000,00	51.015,12	6,30	5.290,56
Fornecimento de Bens	13.630.451,26	13.820.203,28	31,21	-1,37
Seguros	47.578,03	9.085,04	0,11	423,70
Serviços	27.238.757,73	25.477.419,00	62,38	6,91
Total	43.666.787,02	39.357.722,44	100,00	10,95

Fonte: Tesouro Gerencial, Junho/2025.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 62,38% ao final de 30/06/2025. Em relação ao período 31/12/2024, houve um aumento de 6,91% de obrigações contratuais de serviços. Os contratos com aluguéis apresentaram aumento de 5.290,56% em relação ao período 31/12/2024, considerando a renovação contratual de aluguel do prédio da Reitoria. Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2025.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	30/06/2025	31/12/2024	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	14.044.386,99	10.203.657,52	32,53	37,64
158350 – Campus Boa Vista	9.155.192,86	9.334.868,84	21,21	-1,92
158351 – Campus Novo Paraíso	10.490.222,32	10.755.031,95	24,30	-2,46
158510 – Campus Amajari	9.480.143,52	8.575.743,87	21,26	10,55
Total	43.169.945,69	38.869.302,18	100,00	11,06

Fonte: Tesouro Gerencial Junho/2025.

As unidades da Reitoria e Campus Novo Paraíso são responsáveis por 56,83% do total contratado. A Reitoria teve um crescimento de 37,64% nas contratações em relação a Dezembro/2024 relativo a novos contratos enquanto o Campus Novo Paraíso teve a uma redução de -2,46 em relação a 2024. Enquanto o órgão apresentou um aumento de 11,06% em relação ao período de 31/12/2024. Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2025.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

CNPJ/ IG	Empresa Contratada	30/06/2025	AV (%)
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	8.501.577,68	36,18
IC16A24RE	CONTRATO DE ALUGUEL DA REITORIA DO IFRR	2.750.000,00	11,70
IC08A24BV	GESTAO DE FROTA - CBV	2.250.685,93	9,58
03746938000143	BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	1.831.083,38	7,79
10328834002470	MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	1.787.556,72	7,61
IC11A24RE	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS - REITORIA	1.568.969,18	6,68
IC05A24RE	GERENCIAMENTO DE FROTA REITORIA	1.406.964,30	5,59
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	1.198.925,90	5,10
11144330000177	BRASIL NORTE EMPREENDIMENTOS LTDA	1.106.677,14	4,71
IC15A23RE	CONCURSO PUBLICO DO IFRR	1.095.664,00	4,66
TOTAL		23.498.104,23	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Junho/2025).

O contrato mais expressivo de serviço no fim de 30/06/2025 refere-se ao contrato de gerenciamento de frota que corresponde a 36,18% seguido do contrato de aluguel para sede da Reitoria que corresponde a 11,70% e do contrato de Gestão de Frota do Campus Boa Vista que corresponde a 9,58% dos 10 contratos mais expressivos.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, cada unidade tem responsabilidade de atualização sobre seus contratos. Assim, para verificar a vigência ou número do contrato pode-se solicitar à administração de cada campus.

Quanto ao controle dos contratos por inscrição genérica, foi elaborado um manual de procedimentos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças visando diferenciar os contratos prestados por uma mesma empresa. Assim, quando da consulta na conta de contratos (aluguel, seguros, serviços e bens) na transação >conrazao no SIAFI, o conta corrente da conta contábil pode estar classificado por uma codificação (Inscrição Genérica), em que a base é o número do contrato na respectiva unidade gestora, ou, para os contratos que não atualizaram a inscrição genérica, o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da empresa contratada.

5.1.1.4 Passivo Não Circulante

Nota 08 – Precatórios a Curto prazo.

Não há obrigação de precatórios para o órgão 26437 – Instituto Federal de Roraima.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	106.044.147,32	109.786.736,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	13.378,51	821.647,07
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	13.378,51	821.647,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	103.792.255,99	106.542.723,19
Transferências Intragovernamentais	102.919.670,88	106.438.830,17
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	15.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	872.585,11	88.893,02
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.954.218,67	2.112.086,92
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	41.420,85	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.912.797,82	2.112.086,92
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	284.294,15	310.279,03
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	284.294,15	310.279,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	117.159.603,23	109.850.104,81
Pessoal e Encargos	74.518.037,27	60.798.083,04
Remuneração a Pessoal	57.219.689,69	46.417.327,26
Encargos Patronais	9.769.537,61	8.695.639,83
Benefícios a Pessoal	7.528.809,97	5.685.115,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.475.123,98	13.745.597,92
Aposentadorias e Reformas	14.341.322,00	12.358.459,84
Pensões	3.242.170,43	731.431,83
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	891.631,55	655.706,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.587.992,11	13.047.224,17
Uso de Material de Consumo	1.293.755,30	1.155.359,89
Serviços	9.757.425,65	10.402.889,57
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.536.811,16	1.488.974,71
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	55.179,79	32.451,88

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - IFRR
2º Trimestre/2025

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	55.179,79	30.118,34
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	2.333,54
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.704.843,79	15.027.685,48
Transferências Intragovernamentais	7.836.494,51	14.943.229,72
Transferências Intergovernamentais	1.606,27	580,74
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	866.743,01	83.875,02
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.390.930,11	6.709.620,32
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	123,93
Incorporação de Passivos	2.389.145,11	6.709.496,39
Desincorporação de Ativos	1.785,00	-
Tributárias	29.343,02	26.621,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.902,38	6.068,82
Contribuições	14.440,64	20.552,40
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	398.153,16	462.820,78
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	392.705,00	462.820,78
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.448,16	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-11.115.455,91	-63.368,60

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2024 foi deficitário em R\$ 11.115.455,91 se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 106.044.147,32) e Diminutivas (R\$ 117.159.603,23). A seguir apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida.

26437 - INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

	30/06/2025	30/06/2024	AH	AV - 06/25	R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	106.044.147,32	109.786.736,21	-3,41%	100,00%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%	
Contribuições	-	-		0,00%	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	13.378,51	821.647,07	-98,37%	0,01%	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%	
Transferências e Delegações Recebidas	103.792.255,99	106.542.723,19	-2,58%	97,88%	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.954.218,67	2.112.086,92	-7,47%	1,84%	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	284.294,15	310.279,03	-8,37%	0,27%	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	117.159.603,23	109.850.104,81	6,65%	100,00%	
Pessoal e Encargos	74.518.037,27	60.798.083,04	22,57%	63,60%	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.475.123,98	13.745.597,92	34,41%	15,77%	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.587.992,11	13.047.224,17	-3,52%	10,74%	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	55.179,79	32.451,88	70,04%	0,05%	
Transferências e Delegações Concedidas	8.704.843,79	15.027.685,48	-42,07%	7,43%	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.390.930,11	6.709.620,32	-64,37%	2,04%	
Tributárias	29.343,02	26.621,22	10,22%	0,03%	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	398.153,16	462.820,78	-13,97%	0,34%	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(11.115.455,91)	(63.368,60)	17440,95%		

Fonte: DVP (Junho/2025).

As variações aumentativas apresentaram diminuição de -3,41%, enquanto as variações diminutivas um aumento de 6,65% em comparação ao mesmo período do exercício de 2024. A despesa com Pessoal e Encargos em Junho/2025 foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondendo a 63,60% e apresentando um aumento de 22,57% em relação a Junho/2024.

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	60.979,00	60.979,00	13.715,10	-47.263,90
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	58.779,00	58.779,00	9.955,49	-48.823,51
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	58.779,00	58.779,00	9.955,49	-48.823,51
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.200,00	2.200,00	2.703,51	503,51
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.200,00	2.200,00	2.703,51	503,51
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.056,10	1.056,10
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	821,41	821,41
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	234,69	234,69
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	60.979,00	60.979,00	13.715,10	-47.263,90
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	60.979,00	60.979,00	13.715,10	-47.263,90
DEFICIT	-	-	125.873.571,83	125.873.571,83
TOTAL	60.979,00	60.979,00	125.887.286,93	125.826.307,93
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	22.599.548,00	-	-22.599.548,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	22.599.548,00	-	-
DESPESA				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	177.277.181,00	198.861.060,00	125.604.286,93	93.128.677,41	72.052.122,21	73.256.773,07
Pessoal e Encargos Sociais	140.319.849,00	158.419.593,00	104.687.904,75	79.302.304,03	60.680.495,18	53.731.688,25
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36.957.332,00	40.441.467,00	20.916.382,18	13.826.373,38	11.371.627,03	19.525.084,82
DESPESAS DE CAPITAL	426.000,00	1.441.669,00	283.000,00	22.000,00	22.000,00	1.158.669,00
Investimentos	426.000,00	1.441.669,00	283.000,00	22.000,00	22.000,00	1.158.669,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	177.703.181,00	200.302.729,00	125.887.286,93	93.150.677,41	72.074.122,21	74.415.442,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	177.703.181,00	200.302.729,00	125.887.286,93	93.150.677,41	72.074.122,21	74.415.442,07
TOTAL	177.703.181,00	200.302.729,00	125.887.286,93	93.150.677,41	72.074.122,21	74.415.442,07

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.459.915,37	8.823.159,75	6.578.234,51	6.204.308,31	27.492,34	4.051.274,47
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.011.060,65	495.444,27	495.444,27	-	515.616,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.459.915,37	7.812.099,10	6.082.790,24	5.708.864,04	27.492,34	3.535.658,09
DESPESAS DE CAPITAL	876.206,52	459.000,01	1.288,89	1.288,89	537.121,00	796.796,64
Investimentos	876.206,52	459.000,01	1.288,89	1.288,89	537.121,00	796.796,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.336.121,89	9.282.159,76	6.579.523,40	6.205.597,20	564.613,34	4.848.071,11

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	121,02	14.625.467,01	13.552.043,36	19.053,47	1.054.491,20
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.752.406,51	11.733.263,04	19.053,47	90,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	121,02	2.873.060,50	1.818.780,32	-	1.054.401,20
DESPESAS DE CAPITAL	23.744,55	61.542,15	61.542,15	-	23.744,55
Investimentos	23.744,55	61.542,15	61.542,15	-	23.744,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	23.865,57	14.687.009,16	13.613.585,51	19.053,47	1.078.235,75

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Vale destacar, que o efetivo desempenho do orçamento, comparando as receitas e despesas realizadas, é feito sob o enfoque orçamentário, ou seja, receitas arrecadadas em confronto com as despesas empenhadas. A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 2º trimestre de 2025.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 2º trimestre de 2025 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 13.715,10 enquanto as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 125.887.286,93, que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 125.873.571,83.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

No entanto, apesar do déficit orçamentário, podemos observar o desempenho da realização da receita, conforme demonstrado na Tabela 15 a seguir.

Tabela 15: Desempenho da Realização da Receita

Categoria Econômica da Receita	Previsão atualizada	Realização da receita	Saldo
Receitas Correntes	R\$ 60.979,00	R\$ 13.715,10	R\$ -47.263,90
Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total da Arrecadação da Receita	R\$ 60.979,00	R\$ 13.715,10	R\$ -47.263,90

Fonte: SIAFI WEB 2025

Pode-se observar que houve um déficit de arrecadação de receitas correntes, pois o total arrecadado nesta categoria foi inferior à previsão atualizada, obtendo assim um saldo R\$ -47.263,90, devido à atividade fim do Instituto não visar à obtenção de lucro.

Para entender melhor como as despesas da instituição são pagas, as informações presentes no Balanço Orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do Balanço Financeiro e das Demonstrações de Fluxos de Caixas, os quais demonstram os recursos financeiros disponíveis de R\$ 13.715,10 (receitas orçamentárias arrecadadas) mais as Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 102.919.670,88 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos e dos restos a pagar inscritos), que perfizeram um total de R\$ 102.933.385,98, para atender às despesas com custeio e de investimentos executadas até o 2º trimestre. A Tabela 16 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Tabela 16: Receitas arrecadadas – por origem

	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Receitas Correntes			
Receita Patrimonial	R\$ 58.779,00	R\$ 9.955,49	72,59
Receita de Serviços	R\$ 2.200,00	R\$ 2.703,51	19,71
Outras Receitas Correntes	R\$ 0,00	R\$ 1.056,10	7,70
Total de Receitas Correntes	R\$ 60.979,00	R\$ 13.715,10	100,00
Receitas de Capital			
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Total de Receitas (corrente + capital)	R\$ 60.979,00	R\$ 13.715,10	-

Fonte: SIAFI WEB 2025.

Observa-se que a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à arrecadação total no 2º trimestre. A realização de receita patrimonial representou a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 72,59% do total arrecadado.

A Tabela 17 demonstra a composição pela a natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

Tabela 17: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza Receita	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Composição %
Aluguéis e Arrendamentos	R\$ 58.799,00	R\$ 9.955,49	72,59%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 2.000,00	R\$ 913,51	6,66%
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	R\$ 0,00	R\$ 1.790,00	13,05%
Receitas Correntes a Classificar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	R\$ 0,00	R\$ 821,41	5,99%
Indenização para danos causados ao patrimônio público – Principal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,01%
Restituição Despesas Primárias Exercícios Anteriores - Principal	0,00	234,69	1,71%
Total Receita	R\$ 60.979,00	R\$ 13.715,10	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação ao total da receita realizada. As receitas provenientes dos alugueis e arrendamento mais as de inscrições do concurso público atingiram 85,64% referente ao total de receitas realizadas.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes do órgão são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado para a sociedade. No 2º trimestre, passou a corresponder 99,28% do total fixado no orçamento.

As despesas de capital foram fixadas em R\$ 1.441.669,00 que representa 0,72%, do total da dotação atualizada no orçamento. Esta categoria de despesa visa atender gastos com aquisição de equipamentos, materiais permanentes, imóveis, obras e outros.

Conforme apresentado no quadro de despesa do Balanço Orçamentário os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes. A Tabela 18 apresenta a execução das despesas correntes por grupo de natureza de despesa.

Tabela 18: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa

Categoria econômica	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	% Execução
Despesas correntes	R\$ 177.277.181,00	R\$ 198.861.060,00	R\$ 125.604.286,93	R\$ 93.128.677,41	74,14%
Pessoal e Encargos sociais	R\$ 140.319.849,00	R\$ 158.419.593,00	R\$ 104.687.904,75	R\$ 79.302.304,03	75,75%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 36.957.322,00	R\$ 40.441.467,00	R\$ 20.916.382,18	R\$ 13.826.373,38	66,10%
Despesas de capital	R\$ 426.000,00	R\$ 1.441.669,00	R\$ 283.000,00	R\$ 22.000,00	7,77%
Investimentos	R\$ 426.000,00	R\$ 1.441.669,00	R\$ 283.000,00	R\$ 22.000,00	7,77%
Total das despesas	R\$ 177.703.181,00	R\$ 200.302.729,00	R\$ 125.887.286,93	R\$ 93.150.677,41	74,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

A coluna de percentual indica o total das despesas liquidadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa em relação ao total de despesas empenhadas. Como observado, no segundo trimestre foram liquidadas 74,00% do total empenhado do orçamento para o exercício.

As despesas com pessoal e encargos sociais é o grupo com o maior índice de realização do orçamento, com 75,75% executado em relação ao total empenhado.

Pode-se observar no balanço orçamentário que, no 2º trimestre, a dotação atualizada fixada, para atender o grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 40.441.467,00, deste total foram empenhados R\$ 20.916.382,18e liquidados R\$ 13.826.373,38, um percentual de aproximadamente 66,10%, que corresponde às despesas empenhadas com orçamento próprio e com orçamento descentralizado de outros órgãos por meio de parcerias para implementação de programas institucionais. Estes créditos são destinados para atender despesas com aquisição de material de consumo, serviços realizados por pessoas físicas e jurídicas, diárias, auxílios e outras despesas, conforme execução demonstrada por elemento de despesa na Tabela 19.

Tabela 19: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$)

Elemento Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	Análise Vertical Despesas Empenhadas	Percentual de Despesas Liquidadas/ Empenhadas
INDENIZACOES E RESTITUICOES	R\$ 1.166.670,40	R\$ 885.768,35	5,58%	75,92%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 85.173,58	R\$ 73.361,64	0,41%	86,13%
AUXILIO-TRANSPORTE	R\$ 3.260.837,60	R\$ 2.737.227,47	15,59%	83,94%
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R\$ 31.500,00	R\$ 7.000,00	0,15%	22,22%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - IFRR
2º Trimestre/2025

OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 98.949,21	R\$ 93.007,63	0,47%	94,00%
AUXILIO-ALIMENTACAO	R\$ 6.018.707,84	R\$ 4.127.530,37	28,78%	68,58%
CONTRIBUICOES	R\$ 4.944,27	R\$ 1.518,29	0,02%	30,71%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	R\$ 145.892,28	R\$ 103.971,88	0,70%	71,27%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	R\$ 2.562.027,99	R\$ 1.779.907,16	12,25%	69,47%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R\$ 3.857.927,42	R\$ 2.179.202,58	18,44%	56,49%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	R\$ 70.794,32	R\$ 25.310,99	0,34%	35,75%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R\$ 980.560,05	R\$ 424.978,44	4,69%	43,34%
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	R\$ 395.924,70	R\$ 198.267,01	1,89%	50,08%
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 611.707,67	R\$ 257.528,22	2,92%	42,10%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	R\$ 388.589,00	R\$ 176.859,00	1,86%	45,51%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 417.903,27	R\$ 172.160,08	2,00%	41,20%
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	R\$ 532.058,62	R\$ 396.617,46	2,54%	74,54%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	R\$ 286.213,96	R\$ 186.156,81	1,37%	65,04%
TOTAL	R\$ 20.916.382,18	R\$ 13.826.373,38	100,00%	66,10%

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

As despesas empenhadas com auxílio alimentação, auxílio transporte e locação de mão de obra foram liquidadas, respectivamente, nos valores de R\$ 6.018.707,84, R\$ 3.260.837,60 e R\$ 3.857.927,42, que representaram o maior volume de gasto com custeios do órgão, representando assim 62,81% do total empenhado deste grupo. E o percentual do total empenhado que foram efetivamente executados foi de 66,10% durante o segundo trimestre de 2025.

Em relação às despesas na categoria investimentos, como podemos observar, no segundo trimestre, foi executado 7,77% do total da dotação atualizada.

A seguir é apresentada a Tabela 20 referente à movimentação orçamentária.

Tabela 20: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)

Unidades	Categoria Econômica Despesa	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e-f)	% Empenhado
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	0,00%
	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 204,36	R\$ 0,00	R\$ 204,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 398.058,32	R\$ 112.405,01	R\$ 151.980,36	R\$ 0,00	R\$ 133.672,95	38,18%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 309.644,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 309.644,00	0,00%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 535,68	R\$ 0,00	R\$ 535,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - IFRR
2º Trimestre/2025

INST.FED. DE EDUC. CIENC. E TEC. DE RORAIMA	DESPESAS CORRENTES	R\$ 198.861.060,00	R\$ 7.795.959,15	R\$ 7.798.052,47	R\$ 124.873.367,23	R\$ 0,00	R\$ 73.985.599,45	62,79%
	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.441.669,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 261.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.180.669,00	18,10%
MINISTERIO DO ESPORTE	DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 1.156.000,00	R\$ 578.000,00	R\$ 578.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	50,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 0,00	R\$ 44.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	50,00%
Totais		R\$ 200.302.729,00	R\$ 11.004.620,81	R\$ 8.510.457,48	R\$ 125.887.286,93	R\$ 0,00	R\$ 76.909.605,40	62,85%

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

A coluna do percentual empenhado demonstra a despesa empenhada por categoria econômica em relação à dotação atualizada e também em relação aos destaques recebidos de outros órgãos.

A Tabela 20 demonstra a composição do crédito disponível do órgão, que é a soma da dotação atualizada mais as descentralizações recebidas (provisões e destaques) menos as descentralizações concedidas (provisões e destaques), o total de despesas empenhadas e o crédito bloqueado.

A conta descentralizações recebidas é composta pela soma das provisões (movimentação interna de créditos) mais destaques recebidos (movimentação de créditos de outros órgãos), e no 2º trimestre foram de R\$ 11.004.620,81.

As provisões de créditos recebidas do MEC em relação à dotação atualizada fixada no orçamento do órgão para atender despesas com custeio, no 2º trimestre, foram de R\$ 7.795.959,15.

Os destaques recebidos de outros órgãos perfizeram um total de R\$ 2.496.256,65 para atender despesas com custeio e investimentos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos

Órgão Concedentes	Objeto da Despesa	Tipo de Gasto	Valor do Destaque
COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORCAMENT/SPO/MEC	Ted 15726 construção da sede da Reitoria	Investimento	R\$ 1.000.000,00
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Implementação do curso do sistema UAB	Custeio	R\$ 285.653,31
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Para atender despesa com gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC.	Custeio	R\$ 204,36
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Para atender despesa com gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC.	Custeio	R\$ 535,68
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	Para atender despesa com gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC	Custeio	R\$199,30
SECRETARIA NACIONAL ESPORTES ALTO DESEMPENHO	Implementação do núcleo de esporte de base	Investimento	R\$ 22.000,00
	Para atender o programa revelar talentos	Custeio	R\$ 578.000,00
COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORCAMENT/SPO/MEC	TED 15435 SABERES INDGENAS	Custeio	R\$ 300.000,00

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	Atender as despesas com o programa nacional de alimentação escolar – PNAE-MEC	Custeio	R\$ 309.664,00
TOTAL			R\$ 2.496.256,65

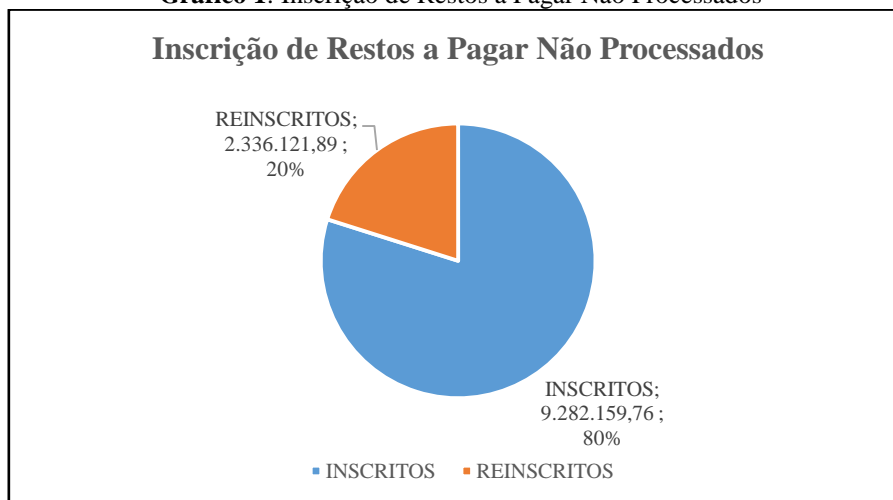
Fonte: SIAFI Operacional (junho 2025).

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2024 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 11.618.281,65 enquanto em 2023 o valor de R\$ 20.792.735,23 o que corresponde a uma diminuição de -44,12%. No Gráfico 1 é apresentada a Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados referente a 2024.

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do valor total, 80% correspondem ao exercício de 2024, enquanto 20% a exercícios anteriores. A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 1º Trimestre de 2025 se deu conforme Tabela 21 abaixo.

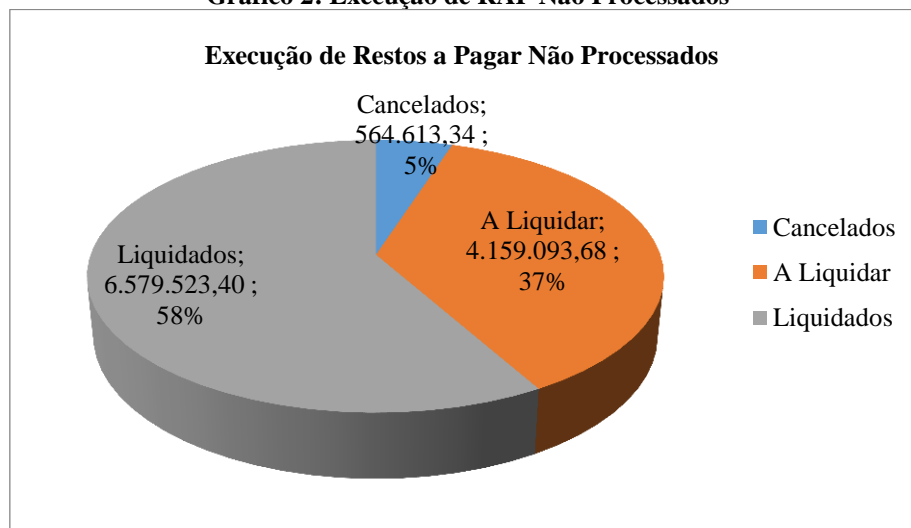
Tabela 21: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	A Liquidar	Liquidados	Pagos	A Pagar
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(F)
REI - 158152	4.105.708,05	1.230.300,70	1.619,26	2.649.685,02	2.440.428,22	2.359.921,59	2.974.467,90
CBV - 158350	1.803.877,51	39.429,63	10.816,25	384.461,39	1.442.822,79	1.377.212,59	455.278,30
CNP - 158351	1.588.565,37	102.153,16	9.290,16	460.530,26	1.220.898,11	1.101.595,45	579.832,92
CZO - 158352	711.691,74	632.654,16	542.884,95	173.799,88	583.897,91	521.439,91	280.021,04
CAM - 158510	1.072.317,09	331.584,24	2,72	490.617,13	891.476,37	845.427,66	558.470,95
TOTAL	9.282.159,76	2.336.121,89	564.613,34	4.159.093,68	6.579.523,40	6.205.597,20	4.848.071,11
2024	11.618.281,65	%					
2023	16.817.201,62	3.975.533,61					
Variação de 2024 p/ 2023	20.792.735,23	-44,12					
	-44,81	-41,24					

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2025).

Houve uma diminuição -44,81% de Restos a Pagar Inscritos do Exercício 2024 em relação ao exercício 2023, e diminuição de -41,24% em Restos a pagar reinscritos referentes aos exercícios anteriores. Enquanto no total de inscritos e reinscritos a variação diminuiu em -44,12%. A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 2º trimestre de 2025 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.

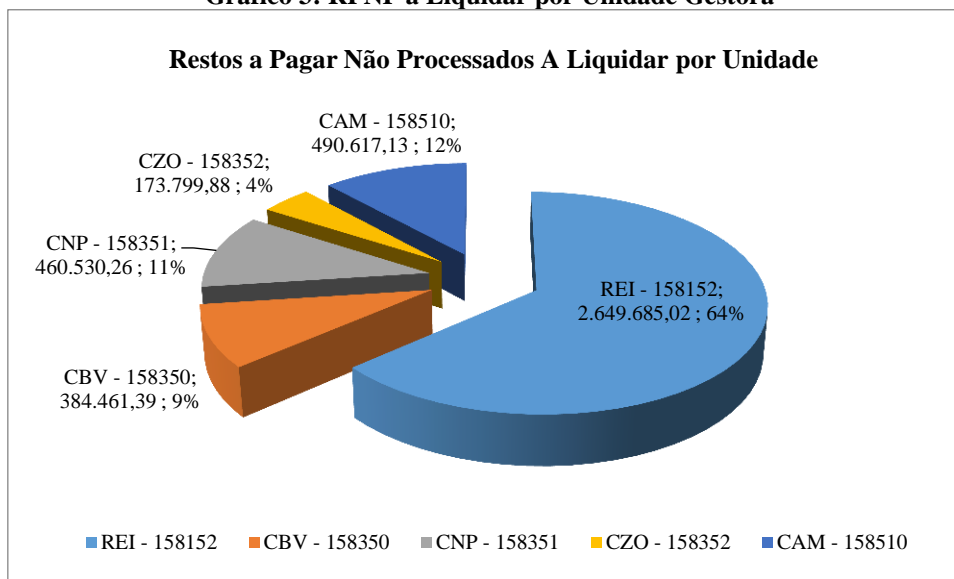
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados



Fonte: Elaborado pelo DCF

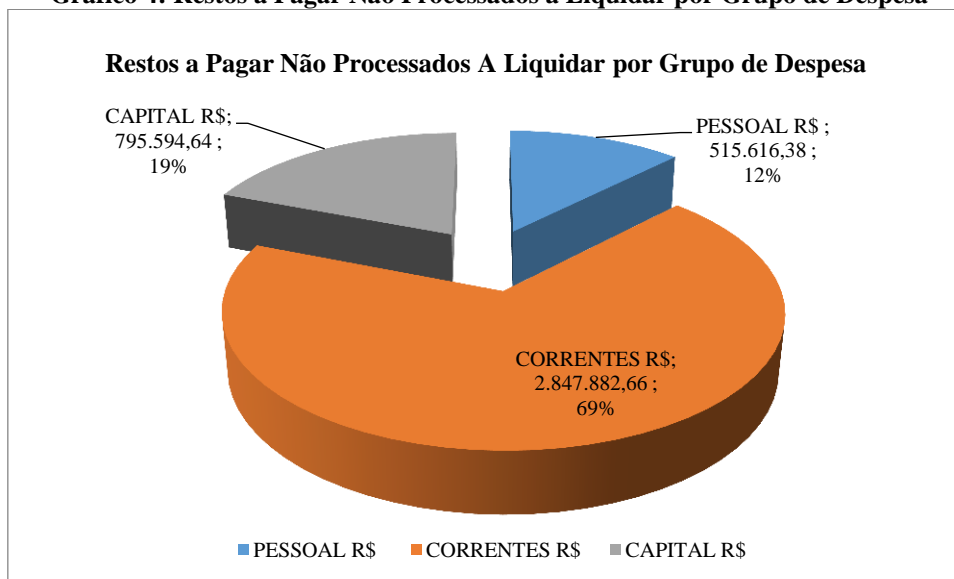
Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que desse total até 30/06/2025 houve a liquidação de 58%, o cancelamento de 5%, e saldo a liquidar de 37%. A análise dos empenhos de RPNP referente aos exercícios anteriores é realizada pelos demandantes para que possam ser liquidados ou cancelados. Assim, percebe-se uma redução natural em relação ao trimestre.

Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora



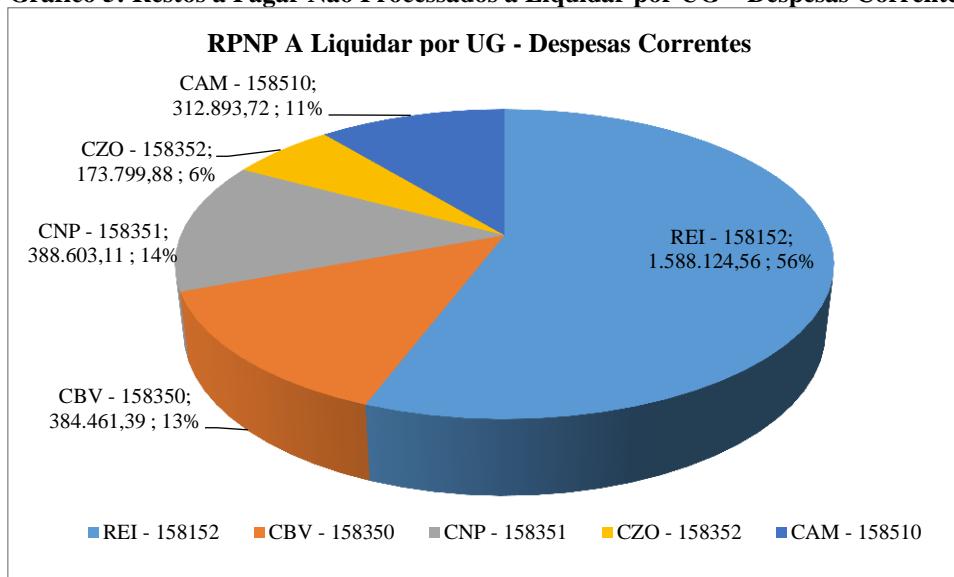
Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora Reitoria é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar o que corresponde a 64%, seguida das unidades Campus Amajari 12% e Campus Novo Paraíso 11%. No Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2024 é apresentado por grupo de despesa.

Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa



Do total de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 30/06/25, 12% corresponde a despesa com pessoal, 69% corresponde a despesas correntes (Outras Despesas Correntes), enquanto 19% correspondem a despesas de capital (Investimentos). O Gráfico 5 apresenta os percentuais e restos a pagar não processados a liquidar por unidade gestora referentes as despesas correntes.

Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas Correntes

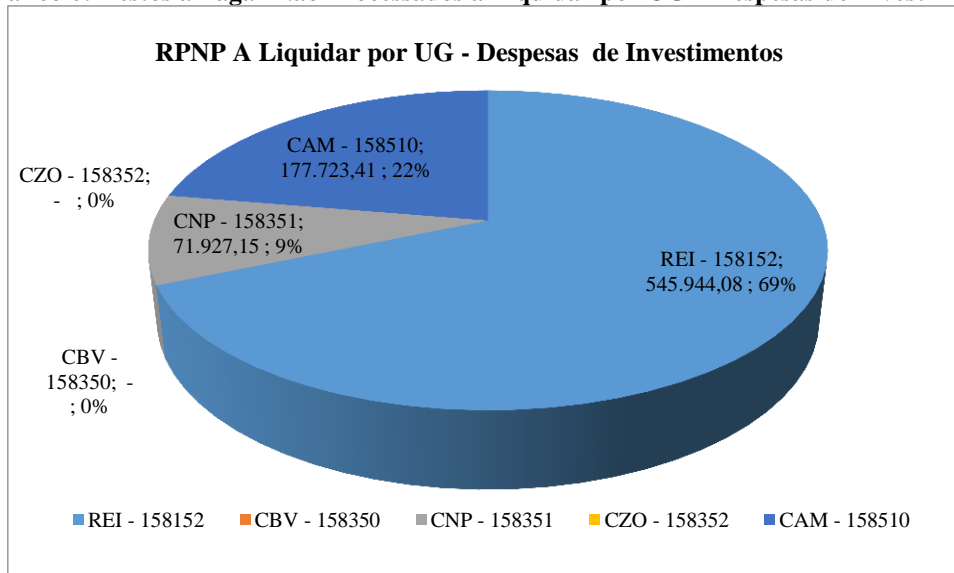


Fonte: Elaborado pelo DCF

Considerando o grupo de despesa outras despesas correntes, a unidade que apresentou maior percentual a liquidar foi a Reitoria (158152), com 56%, evidenciando que foi a unidade que menos liquidou no 2º trimestre de 2025.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 6 evidenciando as despesas de investimento por unidade gestora.

Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas de Investimento



Fonte: Elaborado pelo DCF

A unidade Reitoria (158152) é a que apresenta maior percentual de investimento de restos a pagar não processados a liquidar, o que corresponde a 69%.

Na Tabela 22 é apresentado um resumo por Unidade Gestora e Grupo de Despesa, evidenciando o quanto ainda falta liquidar por Grupo de Despesa.

Tabela 22: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	158152	158350	158351	158352	158510	TOTAL
PESSOAL R\$	515.616,38	-	-	-	-	515.616,38
CORRENTES R\$	1.588.124,56	384.461,39	388.603,11	173.799,88	312.893,72	2.847.882,66
CAPITAL R\$	545.944,08	-	71.927,15	-	177.723,41	795.594,64
TOTAL R\$	2.649.685,02	384.461,39	460.530,26	173.799,88	490.617,13	4.159.093,68
PESSOAL %	19,46	0,00	0,00	0,00	0,00	12,40
CORRENTES %	59,94	100,00	84,38	100,00	63,78	68,47
CAPITAL %	20,60	0,00	15,62	0,00	36,22	19,13

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2025).

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhares

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	13.715,10	856.107,07
Ordinárias	-	-
Vinculadas	13.715,10	858.460,61
Previdência Social (RPPS)	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	13.715,10	858.460,61
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-2.353,54
Transferências Financeiras Recebidas	102.919.670,88	106.438.830,17
Resultantes da Execução Orçamentária	89.487.767,18	80.767.376,50
Repasso Recebido	86.052.727,32	76.936.413,52
Sub-repasso Recebido	3.435.039,86	3.830.962,98
Independentes da Execução Orçamentária	13.431.903,70	25.671.453,67
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.476.675,17	23.510.886,56
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.955.228,53	2.160.567,11
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	54.119.732,61	46.702.855,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	21.076.555,20	13.596.982,24
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	32.736.609,52	32.805.482,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.022,74	27.488,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários	265.545,15	272.901,83
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.781,65	-
Arrecadação de Outra Unidade	260.763,50	272.901,83
Saldo do Exercício Anterior	12.128.741,32	11.080.307,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.128.741,32	11.080.307,19
TOTAL	169.181.859,91	165.078.099,75
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Despesas Orçamentárias	125.887.286,93	111.707.176,76
Ordinárias	104.479.607,62	96.511.927,15
Vinculadas	21.407.679,31	15.195.249,61
Previdência Social (RPPS)	20.829.679,31	15.186.989,77
Fundos, Órgãos e Programas	578.000,00	8.259,84
Transferências Financeiras Concedidas	7.836.494,51	14.943.229,72
Resultantes da Execução Orçamentária	3.437.133,18	3.830.962,98
Repasso Concedido	2.093,32	-
Sub-repasso Concedido	3.435.039,86	3.830.962,98
Independentes da Execução Orçamentária	4.399.361,33	11.112.266,74
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.136.918,96	10.839.364,91
Movimento de Saldos Patrimoniais	262.442,37	272.901,83
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	19.834.526,30	24.957.218,87
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	13.613.585,51	13.982.981,91
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.205.597,20	10.944.251,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.343,59	26.172,82
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	3.812,77
Demais Pagamentos	-	3.812,77
Saldo para o Exercício Seguinte	15.623.552,17	13.470.474,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.623.552,17	13.470.474,40
TOTAL	169.181.859,91	165.078.099,75

Fonte: Balanço Financeiro, SIAFI Junho/2025

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos

de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 23 e 24 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 2º Trimestre 2025 em relação ao 1º Trimestre 2024:

Tabela 23: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	30/06/2025	30/06/2024	AV (%)	AH (%)
Receitas Orçamentárias	R\$ 13.715,10	R\$ 856.107,07	0,01%	-98,40%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 102.919.670,88	R\$ 106.438.83,17	60,83%	-3,31%
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 51.119.732,61	R\$ 46.702.855,32	31,99%	15,88%
Saldo do Exercício Anterior - Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 12.128.741,32	R\$ 11.080.307,19	7,17%	9,46%
TOTAL	R\$ 169.181.859,91	R\$ 165.078.099,75	100,00%	2,49%

Fonte: SIAFI 2025 e 2024.

As Receitas Orçamentárias correspondem apenas 0,01% do total dos ingressos e teve uma variação de -98,40% em relação ao período anterior, devido à arrecadação das taxas de inscrições do concurso público no exercício de 2024. Neste grupo encontram-se as arrecadações realizadas pelo próprio órgão como receitas com aluguel, taxas de serviços educacionais, serviços administrativos e taxas de inscrições de vestibular.

As Transferências Recebidas correspondem a 60,83% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação negativa de -3,31%.

Como podem ser observados os Recebimentos Extraorçamentários tiveram um aumento de 15,88% em relação ao mesmo período em 2024, referente ao pagamento de despesas de exercícios anteriores inscritas em restos a pagar.

O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa corresponde 7,17% na composição do balanço. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil do mês seguinte.

No 2º trimestre de 2025 pode-se observar que houve um aumento no total de dispêndios de -12,69% em relação a 2024. Na Tabela 24 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios.

Tabela 24: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	30/06/2025	30/06/2024	AV (%)	AH (%)
Despesas Orçamentárias	R\$ 125.887.286,93	R\$ 111.707.176,76	74,41%	12,69%
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 7.836.494,51	R\$ 14.943.229,72	4,63%	-47,56%

Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 19.834.526,30	R\$ 24.957.218,87	11,72%	-20,53%
Saldo para o Exercício seguinte – Caixa e Equivalente de Caixa - (SALDO FINAL) – 31/03/2024	R\$ 15.623.552,17	R\$ 13.470.474,40	9,23%	15,98%
TOTAL	R\$ 169.181.859,91	R\$ 165.078.099,75	100,00%	30,76%

Fonte: SIAFI 2025 e 2024.

As despesas pagas, que compõem 74,41% do total das saídas de recursos em junho de 2025, e tiveram um aumento de 12,69% em relação ao mesmo período do exercício anterior. As transferências financeiras concedidas apresentaram uma redução de 47,56%, que correspondem a repasses e sub-repasses liberados para atender despesas com custeios e investimentos do exercício e inscritas em restos a pagar, provenientes de recursos primários de livre aplicação, descentralizados, emendas parlamentares e recursos próprios. Os pagamentos extraorçamentários tiveram uma redução de 20,53% e o saldo e equivalente de caixa um aumento de 15,98%.

Com base nas informações presentes nas Tabelas 23 e 24 pode-se observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro negativo de - R\$ 1.157.571,06 que corresponde à diferença do saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte e o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

A variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois decorre da redução no endividamento, referente ao pagamento das despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Para melhor simplificar este entendimento segue abaixo, no quadro 3, o demonstrativo do saldo total de pagamentos realizados com as receitas arrecadadas e transferências recebidas do MEC e de outros órgãos neste 2º trimestre:

Quadro 3: Recebimentos e Pagamentos – Orçamentários e Extraorçamentários – R\$

Ingressos	
Receitas Orçamentárias	R\$ 13.715,10
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 102.919.670,88
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 54.119.732
Total	R\$ 157.053.118,59
Dispêndios	
Despesas Orçamentárias Pagas	R\$ 125.887.286,93
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 7.836.494,51
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 19.834.526,30

Total	R\$ 153.558.307,74
Resultado Financeiro – após realização dos pagamentos	
(+) Ingressos	R\$ 157.053.118,59
(-) Dispendios	R\$ 153.558.307,74
(=) Saldo Disponível	R\$ 3.494.810,85

Fonte Balanço Financeiro – SIAFI Tesouro - 2º trimestre 2025

O resultado financeiro positivo, nesta perspectiva, demonstra que não há pendentes de pagamentos e transferências financeiras e que as despesas foram totalmente atendidas pelos valores repassados. Considera-se um desempenho positivo para o órgão no que se refere ao volume de pagamentos realizados para atender despesas com folha de pessoal, encargos, custeios, investimentos e transferências financeiras para os Campi.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ milhares

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.579.641,89	9.259.131,22
INGRESSOS	103.235.172,22	107.595.327,59
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	9.955,49	18.513,53
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.703,51	800.800,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.056,10	21.793,54
Transferências Recebidas	-	15.000,00
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	15.000,00
Outros Ingressos Operacionais	103.221.457,12	106.739.220,52
Ingressos Extraorçamentários	41.022,74	27.488,52
Transferências Financeiras Recebidas	102.919.670,88	106.438.830,17
Arrecadação de Outra Unidade	260.763,50	272.901,83
DESEMBOLSOS	-99.655.530,33	-98.336.196,37
Pessoal e Demais Despesas	-83.986.028,98	-74.838.816,37
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-12.838.297,05	-11.095.487,86
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-70.574.513,58	-63.743.328,51
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-578.000,00	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.781,65	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-7.817.663,25	-8.524.164,69
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.814.229,60	-8.523.427,20
Outras Transferências Concedidas	-3.433,65	-737,49
Outros Desembolsos Operacionais	-7.851.838,10	-14.973.215,31
Dispêndios Extraorçamentários	-15.343,59	-26.172,82
Transferências Financeiras Concedidas	-7.836.494,51	-14.943.229,72
Demais Pagamentos	-	-3.812,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-84.831,04	-6.868.964,01
INGRESSOS	-	-

Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-84.831,04	-6.868.964,01
Aquisição de Ativo Não Circulante	-84.831,04	-6.868.964,01
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.494.810,85	2.390.167,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.128.741,32	11.080.307,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.623.552,17	13.470.474,40

Fonte: DFC, SIAFI Junho/2025

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

As informações extraídas dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos em caixa foram utilizados.

A demonstração de fluxo de caixa é classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 99,69% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação e de outros órgãos que realizam parcerias com a instituição.

No final do 2º trimestre de 2025 o valor total de ingressos das atividades operacionais foi de R\$ 103.235.172,22, que é composto pela soma das receitas realizadas, dos ingressos extraorçamentários, do cancelamento de obrigações do exercício anterior, das transferências financeiras recebidas, da arrecadação de outra unidade e demais recebimentos.

Vale ressaltar que o IFRR, por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação. A arrecadação de receita própria corresponde apenas 0,013% do total de ingressos do fluxo de caixa das atividades operacionais.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Apresenta-se a seguir a Tabela 25, que faz uma análise horizontal, entre o 2º trimestre de 2025 e 2024, referente aos fluxos de caixa de cada atividade, geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa inicial e caixa e equivalentes de caixa final.

Tabela 25: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades

ATIVIDADES	2025	2024	AH (%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 103.235.172,22	R\$ 107.595.327,59	-4,05%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-R\$ 84.831,04	-R\$ 6.868.964,01	-98,77%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 3.494.810,85	R\$ 2.390.167,21	46,22%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$ 12.128.741,32	R\$ 11.080.307,19	9,46%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 15.623.552,17	R\$ 13.470.474,40	15,98%

Fonte: SIAFI Web, 2025 e 2024.

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a Tabela 25, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no 2º trimestre de 2025, foi negativa em R\$ 3.494.810,85, que coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A coluna da análise horizontal, da Tabela 25, demonstra que houve um aumento de 46,22% da geração líquida de caixa e equivalente de caixa realizados no 2º trimestre de 2025 em relação ao 2º trimestre de 2024, ou seja, os volumes de recebimentos e de transferências financeiras recebidas foram maiores no 2º trimestre de 2025.

O demonstrativo apresenta saldo no fluxo de caixa nas atividades de investimento somente em relação aos desembolsos. No final do 2º trimestre de 2025 foi desembolsado - R\$ 84.831,04, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, aquisição de máquinas, equipamentos, instalações e material permanente e apresenta uma redução de -98,77 em relação ao período anterior.

O caixa e equivalente de caixa final apresentou no 2º trimestre de 2025 um aumento de 15,98% em relação ao 2º trimestre de 2024.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 2º trimestre de 2025 quanto em 2024.

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO JUNHO/2025

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	-	125.267.493,79	-	-	125.267.493,79
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	32.544,80	-4.649,46	-	-	27.895,34
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-139.248,75	-	-	-139.248,75
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	32.544,80	125.123.595,58	-	-	125.156.140,38

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	32.544,80	125.123.595,58	-	-	125.156.140,38
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-183.538,04	-	-	-183.538,04
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-11.115.455,91	-	-	-11.115.455,91
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	32.544,80	113.824.601,63	-	-	113.857.146,43

5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Tabela 26 é apresentado o resumo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Tabela 26: Resumo da DMPL

Especificação	Resultados Acumulados	AH (%)
Saldo Inicial do Exercício 2024	125.267.493,79	
Saldo Final do Exercício 2024	125.156.140,38	-0,09
Saldo Inicial do Exercício 2025	125.156.140,38	
Saldo Final do Exercício 2025	113.857.146,43	-9,03

Fonte: DMPL Junho/2025

Em análise aos resultados acumulados do período Junho/2025 pode-se perceber que o saldo final em relação ao saldo inicial sofreu uma variação negativa de -9,03%. Em relação ao exercício 2024, no mesmo período essa variação foi negativa em -0,09%.